



**O inkosi Ngungunhane entre a história e a memória em Moçambique: *Ualalapi* (1987),
de Ungulani Ba Ka Khosa
The Inkosi Ngungunhane Between History and Memory in Mozambique: *Ualalapi* (1987), by
Ungulani Ba Ka Khosa**

Evander Ruthieri da Silva¹
Sullian Vasconcelos Santos²

Artigo recebido em: 01/02/2023
Artigo aprovado em: 21/10/2023

Resumo: O artigo discute limites e possibilidades de acesso à “agência africana” através de representações jornalísticas dos agrupamentos carnavalescos formados nos musseques de Luanda durante o período colonial. Embora considere que o caráter “selvagem”, “exótico”, “tradicional” ou “folclórico” a eles atribuído diz mais sobre as visões de mundo dos jornalistas do que sobre as realidades que eles pretendiam retratar, defende a utilização da imprensa em busca de indícios sobre as experiências dos africanos e sobre a forma como eles expressavam, no Carnaval, suas esperanças, sua rebeldia e suas próprias percepções da realidade. O artigo problematiza as representações literárias de Ngungunhane, o último *inkosi* (chefe, rei) de Gaza, um centro de poder localizado no sul de Moçambique durante o século XIX, a partir do romance *Ualalapi* (1987), do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa. Após a independência de Moçambique em 1975, o governo moçambicano, liderado pela Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), buscou reelaborar a memória coletiva acerca de Ngungunhane, transformando-o em herói nacional em um contexto de crises políticas e sociais, sobretudo durante a guerra civil (1977-1992). A idealização de Ngungunhane foi problematizada por Ba Ka Khosa em *Ualalapi*, no qual, ao apresentar uma versão despótica e cruel de Ngungunhane, estabelece uma crítica às ações políticas promovidas pelo governo frelimista e o contexto de violência que marcou a guerra civil moçambicana, além de reivindicar uma leitura mais plural sobre os passados moçambicanos.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da UNILA. E-mail: evander.silva@unila.edu.br

² Graduada em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: sv.santos.2018@aluno.unila.edu.br



Palavras-chave: História e Literatura; Moçambique; Ungulani Ba Ka Khosa.

Abstract: This paper discusses limits and possibilities of access to the “African agency” through journalistic representations of carnival groups formed in the musseques of Luanda during the colonial period. Although considers that the “wild”, “exotic”, “traditional” or “folkloric” character attributed to them says more about the worldviews of journalists than about the realities they intended to describe, defends the use of the press in search of evidence about the African’s experiences and the way they expressed, during Carnival, their hopes, their rebellion and their own perceptions of reality. The article discusses literary representations of Ngungunhane, the last *inkosi* (chief, king) of the Gaza Empire, a powerful kingdom located in southern Mozambique during the 19th century, through an analysis of the novel *Ualalapi* (1987), written by the Mozambican writer Ungulani Ba Ka Khosa. After Mozambique’s independence in 1975, the Mozambican government, headed by the Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), sought to re-elaborate the collective memory of Ngungunhane, transforming him into a national hero in a context of political and social crises, especially during the civil war (1977-1992). This idealization of Ngungunhane was problematized by Ba Ka Khosa in *Ualalapi*, in which, by presenting a despotic and cruel version of Ngungunhane, he criticizes the political actions promoted by the Frelimist government and the context of violence that marked the Mozambican civil war, in addition to claim a more plural interpretation of Mozambican pasts.

Key-Words: History and Literature; Mozambique; Ungulani Ba Ka Khosa.



Introdução

As relações entre História e Literatura têm sido objeto de debates entre muitos historiadores, especialmente diante da possibilidade de investigar o passado a partir da ficção, conectando textos e contextos em um movimento de interpretação das experiências históricas. Para as pesquisas históricas dedicadas a pensar a história da África contemporânea, a literatura também se torna uma fonte privilegiada para a compreensão das transformações sociais e políticas. Diante desses pressupostos, o objetivo principal do artigo incide na análise, em uma perspectiva histórica, do romance *Ualalapi* (1987), do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa (1957-), com ênfase na problematização da memória literária acerca do *inkosi* Ngungunhane, último soberano do reino de Gaza, no sul de Moçambique do final do século XIX. O romance, que foi publicado em um período de crise política e social em Moçambique, especificamente no contexto pós-independência e durante a guerra civil (1976-1992), conta a história da ascensão e queda de Ngungunhane, relacionando e aproximando diferentes temporalidades em um diálogo entre história e memória.

A partir da década de 1880, os colonialistas portugueses promoveram um movimento de expansão rumo ao interior de Moçambique, resultando na ocupação de terras e na exploração do trabalho africano. Assim, na metade da década de 1890, os guerreiros de Gaza entraram em conflito com as tropas portuguesas, o que resultou na derrota, na captura e exílio de Ngungunhane em 1895. Nesse período, já circulavam imagens e discursos produzidos por europeus sobre o “imperador Vátua”, como era designado, e que descreviam Ngungunhane como um inimigo selvagem ou um déspota bárbaro a ser combatido. Mais tarde, contudo, entre os anos de 1970 e 1980, a memória das lutas de Ngungunhane contra os portugueses foi retomada e reelaborada pelos movimentos de independência em Moçambique³.

O processo armado de libertação nacional, mais precisamente conhecido como a Guerra da Independência de Moçambique, decorreu de um confronto armado entre a FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana) contra as forças armadas a serviço de Portugal. Essas lutas de libertação iniciaram-se de forma mais expressiva no ano de 1964, em consequência das insatisfações moçambicanas frente ao regime colonial português. A independência moçambicana consolidou-se após dez anos de conflitos, entre 1974 e 1975, sobretudo no contexto da Revolução dos Cravos, a qual derrubou o governo autoritário em Portugal. No contexto pós-independência, o governo

3 RIBEIRO, F. B. “História, heróis e a construção da nação em Moçambique”. In: MOREIRA, Fernando; RIBEIRO, Orquídea (Org.). *Encontros com África - Moçambique*. Villa Real: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011.



frelimista em Moçambique promoveu um projeto de “modernização” da sociedade moçambicana e de consolidação de uma identidade nacional hegemônica, o que também envolveu investimentos na memória coletiva e no resgate de heróis nacionais. Nesse contexto, Ngungunhane foi alvo de exaltações patrióticas e alçado ao panteão dos heróis nacionais, considerado como um símbolo de identificação coletiva por sua luta contra o colonialismo português. Contudo, a heroicização de Ngungunhane, sob a luz da crise política e social que abalava Moçambique entre as décadas de 1970 e 1980, foi objeto de uma perspectiva crítica pela literatura, em especial, por Ungulani Ba Ka Khosa. Considerando-se que “o texto, é claro, é extremamente importante, mas sem contexto ele permanece sem vida”⁴, e em diálogo com autores como Santos (2007), Bortolotti (2020), Ribeiro (2005 e 2011) e Dutra (2010), o artigo visa a análise das relações entre texto e contexto histórico, para pensar a reelaboração e problematização da memória de Ngungunhane e do reino de Gaza na escrita de Ungulani Ba Ka Khosa.

O *inkosi* Ngungunhane, entre a história e a memória

O reino de Gaza foi um centro de poder político no sul de Moçambique, região em que, ao longo do século XIX, ocorreram diversas transformações políticas, econômicas, sociais e que envolveram, principalmente a partir da década de 1880, negociações e conflitos com os poderes coloniais que se estabeleceram na região. Conforme Gabriela Aparecida dos Santos (2007), a história da formação do reino de Gaza tem relação com uma série de transformações socioeconômicas e políticas que afetaram a região da Baía de Maputo, no atual Moçambique, e a área entre os rios Thukela e Mfolozi, na atual África do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, e que levaram à formação de diversos centros de poder entre os povos de língua e cultura Nguni. As origens do reino de Gaza estão associadas a linhagens de guerreiros Nguni liderados pelo *inkosi* (chefe, rei) Soshangane (também conhecido como Manicusse) que, na década de 1820, se estabeleceram nas imediações da Baía de Maputo, ao sul de Moçambique, área estratégica devido às atividades comerciais de gado e marfim que conectavam o interior com o litoral⁵. Ao se estabelecer na região, Manicusse impôs sua autoridade política às populações locais, especialmente comunidades de tsongas, chopos e bitongas, assujeitando-os por meio da cobrança periódica de tributos e trabalho. Sua autonomia e autoridade também era reconhecida pelos postos coloniais portugueses, que estavam

4 OKPEWHO, Isidoree. *The Oral Performance in Africa*. Ibadan: Spectrum, 1990, p. 1.

5 SANTOS, G. A. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821/1897)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.



concentrados no litoral moçambicano, sobretudo nos distritos de Sofala, Inhambane e Lourenço Marques.

Ainda de acordo com Santos (2007), com a morte de Manicusse em 1858, iniciou-se um processo de disputa sucessória entre dois filhos do chefe morto: Muzila e Mawewe. Sobre Mawewe e Muzila pairavam “direitos consuetudinários distintos, o Zulu e o Tsonga”⁶. Isso porque Mawewe era filho de Manicusse e de uma mulher de origem Nguni (Swazi), cujo *lobolo* havia sido pago pelo povo, enquanto Muzila era o filho mais velho da primeira esposa. Dessa forma, por motivos culturais distintos, ambos, Mawewe e Muzila, provavelmente consideravam-se como herdeiros legítimos ao poder político em Gaza. Muzila, aliado a algumas tropas portuguesas oriundas de Lourenço Marques, centro da administração colonial portuguesa no litoral moçambicano, combateu Mawewe em 1862 e, após ser derrotado por Muzila, refugiou-se entre os Swazi, na tentativa de estabelecer uma aliança Nguni sobre toda a região⁷. Conforme Santos, a aliança com os Swazi garantiu vitórias temporárias para Mawewe, que derrotou uma coalizão de tropas portuguesas e Tsonga na região ao sul do rio Limpopo. Contudo, as forças de Mawewe foram efetivamente derrotadas por Muzila, o qual promoveu uma aproximação política com a administração colonial portuguesa e, em retribuição pelo apoio na campanha, assinou um Tratado de Vassalagem em 1862, uma estratégia portuguesa em manter o novo chefe sobre seus domínios e tornar seu poder cada vez mais restrito. Isto porque, naquele momento, a presença colonial portuguesa concentrava-se principalmente no litoral de Moçambique, e sua presença no interior dependia de relações de reciprocidade e diplomacia com os poderes africanos, ao exemplo de Gaza⁸.

O sucessor de Muzila, Ngungunhane, tornou-se *inkosi* em 1884. A posse de Ngungunhane ocorreu no mesmo período em que foi realizada a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, acontecimento que reuniu representantes de 14 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Países baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia. O objetivo dessa Conferência era estabelecer regras para a ocupação do continente africano entre as potências europeias. Assim, é preciso demarcar que a Conferência de Berlim marcou uma aceleração no processo de invasão e exploração do continente africano pelos europeus, já que, entre as decisões tomadas na Conferência, constava o princípio de “posse efetiva”, que implicava na ocupação territorial das colônias almeçadas pelas potências europeias⁹.

6 SANTOS, 2007, p. 69-70.

7 NEWITT, M. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 296.

8 SANTOS, 2007, pp. 106-108.

9 KHAPOYA, V. *A experiência africana*. Petrópolis: Vozes, 2015.



Ademais, também é importante destacar que, nas últimas décadas do século XIX, os portugueses promoveram uma série de medidas com o objetivo de revitalizar seu império ultramarino, principalmente nos territórios africanos. Entre as suas ambições políticas, estava a proposta do “mapa cor-de-rosa”, isto é, a ocupação de amplos territórios na África Austral, capazes de unir os territórios de Angola, na costa ocidental, e Moçambique, na costa oriental. Mais tarde, na década de 1890, o projeto português do “mapa cor-de-rosa” entrou em conflito com os interesses britânicos na região, sobretudo na região da Rodésia (atualmente Zâmbia e Zimbábue)¹⁰. Por esse motivo, o interesse dos administradores coloniais no processo sucessório em Gaza também pode ser associado a um contexto de transformações nas políticas de colonização adotadas por Portugal. Por extensão, com o crescimento da exploração de minérios, principalmente de ouro e diamantes, no sul da África, os portugueses tinham interesse em explorar possíveis minas a serem descobertas nos territórios de Gaza, e promoveram “campanhas de pacificação”, isto é, ações militares voltadas ao domínio dos territórios e das populações em Moçambique.

Conforme Marcello F. M. Assunção (2017), nas últimas décadas do século XIX, a *intelligentsia* portuguesa passou a promover a autoimagem de Portugal como uma “nação imperial”. Um momento chave para esses discursos de revitalização do projeto colonial português foi o *Ultimatum* inglês de 1890, que exigia o encerramento das expedições portuguesas no interior da África Central, pondo um fim ao projeto do “mapa-cor de rosa”. A partir daí, abria-se uma nova fase da política colonial portuguesa, baseada na ocupação militar dos territórios ainda não ocupados efetivamente, na modernização e na integração das colônias à metrópole, e na proteção dos territórios ultramarinos diante da expansão imperialista de alemães, franceses, belgas e britânicos rumo à África¹¹. Dentro desse contexto, a administração colonial portuguesa em Moçambique aproximou-se de Ngungunhane com o fito de estabelecer outro Tratado de Vassalagem em 1885, com o objetivo político de garantir a posse efetiva das terras governadas por Ngungunhane. O Tratado pressupunha que Portugal teria direito à soberania das terras de Gaza; contudo, Ngungunhane continuava liderando de forma autônoma, gradativamente desrespeitando os termos do Tratado, pois entendia que o acordo implicava numa relação de proteção e dependência, e não de perda de sua soberania.

Por volta de 1890, Ngungunhane testemunhava os acirrados interesses de britânicos e portugueses no Reino de Gaza, interessados na região pela possibilidade de exploração de minérios

10 JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

11 ASSUNÇÃO, M. F. M. *A Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro (1930-1939): uma vertente do colonialismo português em terras brasileiras*. Tese de Doutorado em História. Goiânia: UFG, 2017, p. 28-29.



preciosos, principalmente após a descoberta das minas diamantíferas em Kimberley (atual África do Sul), na década de 1860¹². É preciso destacar aqui que as minas de ouro e diamantes, no sul da África, também empregavam muitos trabalhadores migrantes, oriundos de Moçambique, em regime sazonal. Dessa forma, os interesses britânicos na região de Gaza também estavam relacionados à exploração da mão de obra na mineração. Um dos administradores coloniais mais interessados nessa situação era Cecil Rhodes, o “magnata da mineração” no sul da África, diretor da *British South Africa Company* – uma companhia de exploração, comércio e colonização – e que, na década de 1890, ocupava o cargo de primeiro-ministro na Colônia do Cabo. De forma estratégica, Ngungunhane negociava simultaneamente com os portugueses e os britânicos, recebendo destes, espingardas e cartuchos em troca de acesso ao litoral.

Por volta de 1894, os portugueses se viam cada vez mais apreensivos diante dos acontecimentos relacionados ao comportamento subversivo de alguns chefes africanos, bem como a relação cada vez mais frequente de Ngungunhane com os ingleses. Isso se refletia na desconfiança que os portugueses tinham com Ngungunhane, visto que “surgiam notícias sobre a chegada de enviados de Cecil Rhodes às terras de Gaza e que Ngungunhane reunia em torno de si um considerável número de pessoas, sem que soubesse ao certo o motivo”¹³. Essas notícias acerca da mobilização de guerreiros por Ngungunhane, começaram a circular no final de 1894, e causaram apreensão entre as autoridades portuguesas em Moçambique.

Prevedo que as alianças que Ngungunhane exercia com alguns régulos revoltosos poderiam resultar em algo fora de controle e desfavorável, os portugueses iniciaram a chamada “Campanha de 1895” como forma de assegurar a ordem colonial no território de Moçambique. A guerra contra Ngungunhane e seus chefes aliados se enquadrava em uma nova fase do colonialismo português ao final do século XIX, marcada pelo investimento na ocupação militar dos territórios coloniais, e estava ancorada na ideia de “pacificação”, termo utilizado no período para se referir às ações militares voltadas à dominação de autoridades africanas independentes e consideradas como beligerantes.

Sabe-se que diversas chefaturas vinculadas ou aliadas a Ngungunhane, principalmente os chefes das linhagens Magaia e Zichacha, e que viviam nas redondezas de Lourenço Marques (atual Maputo), revoltavam-se contra a exploração colonial portuguesa, especialmente o *chibalo*, isto é, os sistemas de trabalhos forçados implementados pelos portugueses¹⁴. Esses chefes revoltosos se aproximaram de Ngungunhane em busca de proteção. Os portugueses, por sua vez, demandaram que

12 NEWITT, 1995, p. 351-352.

13 SANTOS, 2007, p. 177.

14 SANTOS, 2007, p. 176-177.



Ngungunhane entregasse os chefes para as autoridades, ação que o *inkosi* recusa. Assim, do ponto de vista dos administradores coloniais e militares portugueses, o reino de Gaza era o epicentro das revoltas e resistências africanas na região. Diante do avanço das tropas portuguesas em 1895, Ngungunhane também promoveu alianças com outros centros de poder africanos, ao exemplo dos Swazi, com quem os guerreiros de Gaza possuíam vínculos ancestrais.

A campanha militar durou poucos meses, levando à derrota de Ngungunhane e de seus aliados em dezembro de 1895. Após sua prisão, Ngungunhane foi exilado, primeiro para Lisboa, e depois para os Açores, onde faleceu em 1906. A prisão de Ngungunhane tornou-se um fato expositivo de grande proporção entre os meios de comunicação de Portugal, como os jornais da época, tendo em vista que Ngungunhane e os vassalos capturados foram submetidos a tratamentos depreciativos perante a sociedade portuguesa. Sua prisão ocasionou também numa representatividade de revés militar, no qual retratavam o regulo Ngungunhane em objetos decorativos que representavam a conquista contra um adversário. Assim, as imagens veiculadas em Portugal e nas colônias desse período promoveram uma representação de Ngungunhane, associando-o ao barbarismo e à selvageria de africanos que resistiam aos avanços coloniais¹⁵. Diversas imagens e textos produzidas por europeus a partir desse momento retratavam Ngungunhane como um inimigo do Império Português, o que implicava, simultaneamente, na heroificação de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, o oficial de cavalaria responsável pela captura do chefe. Até mesmo em obras literárias produzidas em Moçambique no início do século reverbera-se essa imagem: no folhetim *Na Terra Ubérrima*, de autoria de Estácio Dias, publicado entre 1929 e 1930, Ngungunhane era retratado como um déspota cruel¹⁶.

Durante o Estado Novo português (1933-1974), momento em que a manutenção das colônias na África transformava-se em um dos pilares das políticas autoritárias do salazarismo, observa-se certa continuidade na circulação de muitas dessas imagens e textos acerca de Ngungunhane. Segundo Silvio Marcus Correa (2019), diversos monumentos de pedra e bronze foram erguidos em Lourenço Marques (atual Maputo), representando a derrota de Ngungunhane e a vitória do capitão Mouzinho de Albuquerque em 1895. Além disso, em 1953, foi lançado o filme *Chaimite: a queda do Império Vátua*, um longa-metragem dirigido por Jorge Brum do Canto, que representava a campanha militar de 1895 e que reforçava a ideia do colonialismo português como uma “epopeia”. Além disso, embora

15 VACHA, A. Iconografia de Ngungunhane: representações do rei negro em Portugal (1890-1940). *Práticas da História*, v. 12, 2021, p. 53-93.

16 FRANZIN, A. Ngungunhane: o passado e o presente literário de Ungulani Ba Ka Khosa. *AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos*, v. 1, n. 1, 2019, p. 104-118.



o título do filme seja uma referência à campanha promovida contra Ngungunhane e à “queda do Império Vátua”, anunciada no subtítulo da produção, o *inkosi* de Gaza aparece em poucas cenas do longa-metragem, que se concentra muito mais na ação dos militares portugueses e na heroicização de Mouzinho de Albuquerque¹⁷.

Na década de 1970, consolidou-se o processo de descolonização de Moçambique por meio de lutas anticoloniais promovidas, entre outros grupos, pela FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana). A FRELIMO alcançou o poder político com a independência em 1974 e adotou, gradativamente, um projeto nacional de caráter marxista-leninista. O projeto modernizador levado a cabo pela FRELIMO logo após a independência envolvia a construção de um “homem novo” em Moçambique, por meio do abandono das instituições consideradas como coloniais e a perseguição de práticas culturais (como o *lobolo*) ou lideranças entendidas como tradicionais (tais como os chefes de linhagens, feiticeiros e curandeiros), portanto vistas como atrasadas e incapazes de contribuir para a consolidação nacional¹⁸.

A despeito da diversidade que marca a realidade moçambicana, a construção da “moçambicanidade” envolveu uma valorização de grupos étnico-culturais do Sul (entre os quais os Nguni), o que implicou, em um plano político e econômico, uma crescente centralização estatal e no agravamento das disparidades regionais que haviam sido intensificadas por séculos de exploração colonial portuguesa. De acordo com Fernando Bessa Ribeiro (2005), essa valorização das populações do sul de Moçambique, e sobretudo a promoção de heróis nacionais oriundos do Sul, teria uma relação direta com as origens étnicas e geográficas de boa parte da elite frelimista, oriunda das províncias do sul, a exemplo de Gaza. Desse modo, e mesmo que por motivos distintos, figuras como Ngungunhane e Eduardo Mondlane foram heroicizados nos discursos políticos e nas políticas culturais pós-independência, e lugares como Manjacaze, a última capital de Ngungunhane e região onde nasceu Mondlane, passaram a ser referenciadas como “terra de heróis”.

Conforme Omar Ribeiro Thomaz (2018), os grupos de elite da FRELIMO idealizaram um futuro em torno da noção de “homem novo”, o que envolvia uma constante desconfiança acerca de inimigos que deveriam ser eliminados, seja de forma física ou espiritual. Em consequência disso, “foi criado todo um aparato repressivo e correcional que ganha corporalidade na estrutura do ‘campo’ – campos de reeducação, campos de prisioneiros e campos de trabalho coletivo (as machambas

17 FLORENTINO, L. F. *Chaimite - A queda do Império Vátua (1953): uma propaganda colonial do cinema português*. Monografia em História. Florianópolis: UFSC, 2019.

18 FURQUIM, F. *A Revista Justiça Popular e o projeto modernizador Frelimista em Moçambique: os conflitos entre a modernidade e a permanência da tradição (1978-2002)*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2017.



comunais)”¹⁹. Assim, as promessas de um futuro contrastavam-se com um contexto demarcado pela guerra civil e por uma “estrutura repressiva criada por um Estado que não era nem menos nem mais violento que o Estado colonial”²⁰.

Como parte do discurso frelimista de unidade nacional e projeto modernizador, a figura de Ngungunhane foi resgatada pelo governo, principalmente durante a presidência de Samora Machel (1975-1986), e transformado em um “herói nacional”. A retomada de Ngungunhane enquanto herói nacional ocorreu sobretudo, entre as décadas de 1970 e 1980, momento em que Moçambique encontrava-se fraturado por uma guerra civil (1977-1992), travada entre o governo frelimista e as forças da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). A população inteira foi afetada pela guerra, principalmente nas zonas rurais, onde ocorreu a maior parte dos conflitos e das operações promovidas pela RENAMO. Os conflitos contra o governo moçambicano provocaram o êxodo de milhares de camponeses e uma grave crise econômica, afetando sobretudo o setor agrícola. Foi nesse contexto em que Ngungunhane foi “resgatado” pelas políticas culturais moçambicanas promovidas pela FRELIMO e, de *inkosi* de Gaza, foi convertido em um herói nacional de Moçambique, símbolo de unidade em uma nação fraturada por conflitos. Esse processo envolveu investimentos simbólicos e materiais na recuperação de um passado visto como nacional, pois tratava-se, “entre outros aspectos, de elaborar respostas ancoradas no passado para responder a problemas de identidade no presente”²¹.

De acordo com Fernando Ribeiro Bessa, “a fabricação dos heróis moçambicanos está longe de constituir uma situação singular, antes possuindo semelhanças com processos ocorridos noutros países, sobretudo com aqueles que saíram de dependências coloniais”²². Nesse processo de construção e idealização de heróis nacionais, figuras históricas passavam a ser fortemente relacionadas a momentos “considerados mais marcantes da construção da independência nacional”²³. Por isso, a mitificação de Ngungunhane promovida pela FRELIMO entre as décadas de 1970 e 1980 demonstra a simbologia dos elementos de memória coletiva, ou ainda uma “memória temporalizada, que se apresenta como institucional e legítima”²⁴. Afinal de contas, os processos de legitimação de memórias coletivas, sobretudo em momentos marcados por crises ou mudanças de regimes políticos, frequentemente recorrem aos mitos de origem personificados em seus heróis, pois fornecem

19 THOMAZ, Omar Ribeiro. O tempo e o medo: a longa duração da guerra em Moçambique. *Outros Tempos*, v. 15, n. 26, 2018, p. 92.

20 THOMAZ, 2018, p. 92.

21 RIBEIRO, F. B. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em Moçambique. *Revista Etnográfica*, v. 9, n.2, 2005, p. 259.

22 RIBEIRO, 2005, p. 259.

23 RIBEIRO, 2005, p. 259.

24 ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 12.



“símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”²⁵.

A luta de Ngungunhane contra as tropas portuguesas, que havia permanecido na memória coletiva dos povos de Gaza, no sul de Moçambique, foi retomada pela FRELIMO como um símbolo maior da luta contra o colonialismo e de unidade nacional. Embora os Nguni tivessem migrado do Sul, provocando relações de dominação e até mesmo de violência com outros povos previamente estabelecidos no sul moçambicano, as narrativas frelimistas transformaram Ngungunhane em um símbolo anticolonial e herói nacional de Moçambique. A derrota de Ngungunhane passou a ser representada pela FRELIMO como o martírio de um herói nacional, em decorrência de sua resistência diante das invasões coloniais. Ngungunhane, que era considerado um chefe violento, foi representado com adjetivos semelhantes a um herói, eliminando dessa forma “os aspectos mais negativos e brutais de Ngungunhane, ao mesmo tempo que se fazia a sobrevalorização das características mais positivas, como a ‘coragem’, a ‘inteligência’ e a ‘liderança’²⁶. Além disso, a figura de Ngungunhane passou a ser associada às lideranças da FRELIMO, em especial, de Eduardo Mondlane, que nasceu na aldeia de Nwadjahane, a oito quilômetros ao norte da vila de Manjacaze, que foi uma das capitais de Ngungunhane; e ao próprio presidente Samora Machel, que era descendente de um dos guerreiros de Gaza.

A construção desses discursos de heroicização de Ngungunhane pode ser acompanhada na imprensa moçambicana do período, especialmente na Revista *Tempo*, uma publicação semanal fundada em 1970 e que, apesar de divergências internas, oferecia forte apoio à FRELIMO²⁷. Diversos artigos publicados na revista, principalmente a partir do início dos anos de 1980 destacam Ngungunhane como um “herói da luta anticolonial”, caracterizado por sua força e grandeza. Naquele mesmo período, o governo moçambicano começou as negociações, com o governo português, para a recuperação dos restos mortais de Ngungunhane. Além disso, em 15 de junho de 1985 foi realizada, em Maputo, a cerimônia de vinda dos restos mortais de Ngungunhane, com um discurso proferido pelo presidente Samora Machel. Na ocasião, que foi relatada na revista *Tempo*, Machel associou a figura de Ngungunhane à “nossa cultura, nossa personalidade, nossa identidade nacional”²⁸,

25 CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 55.

26 RIBEIRO, F. B. “História, heróis e a construção da nação em Moçambique”. In: MOREIRA, Fernando; RIBEIRO, Orquídea (Org.). *Encontros com África - Moçambique*. Villa Real: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011, p. 97.

27 SANTANA, J. S. Tradição Oral do Império de Gaza, Identidade Nyanga e Contestação ao colonialismo no sul de Moçambique (C. 1895-1956). *Sankofa*, v. IX, n. XVI, 2016, p. 67.

28 RIBEIRO, 2005, p. 269.



reforçando a ideia de heroísmo nacional atrelada à figura do *inkosi* de Gaza. Esse processo envolveu a supervalorização do sul de Moçambique, e dos grupos étnico-linguísticos vinculados ao passado Nguni, ignorando outros contextos de resistência anticolonial ao longo do século XIX e XX, ao exemplo das alianças políticas que levaram à formação do sultanato de Angoche, no norte moçambicano, e que também promoveu um movimento contrário à presença portuguesa²⁹, ou a revolta de Barué (1917-1918), com o objetivo de libertar as comunidades e expulsar as autoridades coloniais portuguesas na região da Zambézia³⁰.

Essas circunstâncias envolveram uma reelaboração da memória coletiva acerca de Ngungunhane, recuperando-o do discurso colonial, que o caracterizava como um inimigo bárbaro ou um déspota cruel, e transformando-o em um herói nacional, símbolo da unidade moçambicana e precursor das lutas anticoloniais que envolveram o processo de independência de Moçambique. Tais situações remetem a considerar o caráter flutuante da memória, “sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações”³¹. Além do mais, a retomada de Ngungunhane pelo governo frelimista implica em pensar nos usos políticos do passado e da memória, especialmente em um esforço para legitimar-se diante das clivagens sociais e políticas e de um contexto de crise relacionada à guerra civil.

Ungulani Ba Ka Khosa e Ualalapi: revisitando a memória de Ngungunhane

Como se viu, a memória acerca de Ngungunhane foi reelaborada em diferentes contextos políticos, culturais. Em diversas representações textuais ou imagéticas produzidas por europeus na virada do século XIX até a primeira metade do século XX, Ngungunhane foi considerado como um inimigo do colonialismo, um soberano bárbaro, contraposto à “missão civilizadora” dos portugueses. Contudo, ele foi recuperado pelo governo moçambicano da FRELIMO no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, e caracterizado não apenas como um herói da resistência contra o projeto colonial, mas também como um símbolo nacional, precisamente em um momento em que Moçambique encontrava-se dividido pela guerra civil. Essa nova representação de Ngungunhane, reforçada durante o governo de Samora Machel, incluiu investimentos materiais e simbólicos na

29 MATTOS, R. A. *As Dimensões da Resistência em Angoche: da Expansão Política do Sultanato à Política Colonialista Portuguesa no Norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

30 PÉLISSIER, R. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

31 NORA. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, 1993, p. 9.



memória coletiva e nos ideais de identidade nacional, como, por exemplo, o traslado dos restos mortais para Moçambique em 1985.

Essas ações estavam vinculadas às políticas culturais delineadas pelo governo frelimista nas décadas de 1970 e 1980. As políticas culturais voltavam-se à formação do “homem novo”, por meio da modernização da sociedade moçambicana, o que incluía a perseguição a práticas socioculturais consideradas como “tradicionais” ou resquícios do colonialismo. Essas ações modernizadoras incluíam também investimentos em áreas como a saúde e a educação, como campanhas de alfabetização voltadas à universalização do ensino primária. Naquele contexto, o governo frelimista, na tentativa de consolidar uma identidade nacional em uma população culturalmente pluralizada, desejava que seus posicionamentos políticos e ideológicos alcançassem todos os setores sociais, incluindo, em posição de destaque, a ação dos intelectuais moçambicanos. Do ponto de vista do governo, os intelectuais deveriam estar engajados com uma postura revolucionária, voltada à transmissão dos valores políticos e morais idealizados pelo governo moçambicano³².

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o governo frelimista promoveu uma série de ações culturais e a criação de instituições voltadas a demarcar o papel da cultura e dos intelectuais na modernização da sociedade moçambicana. Um exemplo disso foi a formação de órgãos como a Reunião Nacional de Cultura e a Direção Nacional de Cultura, entre 1975 e 1976, cujo objetivo era vigiar ou controlar os movimentos culturais e intelectuais após a descolonização³³. Alguns anos mais tarde, em 1982, foi criada a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), idealizada pelo governo como um espaço de reunião de artistas, intelectuais, poetas e escritores comprometidos com os ideais revolucionários e com a formação de uma unidade cultural nacional. Defendia-se, naquele momento, que os escritores moçambicanos estivessem comprometidos com a função pedagógica da literatura, sobretudo a edificação do socialismo e a transformação cultural e ideológica da sociedade. A poesia/literatura de combate, engajada com os ideais frelimistas, representava o ideal estético e político promovido pelo governo³⁴.

Nesse contexto que se observa a trajetória e produção literária de Ungulani Ba Ka Khosa. Nascido em primeiro de agosto de 1957, em Inhaminga, na província de Sofala, seus pais eram de origem sena e changana, e foram “enfermeiros assimilados, fato que o aproximou, aos doze anos de

32 BORTOLOTTI, J. A. B. *Ualalapi: Ngungunhane e a destruição do Império de Gaza enquanto relativizações do projeto nacional da FRELIMO e da Guerra Civil (1982-1987)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2020, p. 34-36.

33 BORGES, E. ; FRY, P. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In: FRY, P. *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

34 BORTOLOTTI, 2020.



idade, da língua portuguesa e da leitura de escritores como Hemingway, Sartre, Dostoiévsky e Gogol³⁵. Mais tarde, passou a se dedicar à leitura de autores latino-americanos, muito atraído pelos seus paralelismos com os contextos africanos e pela presença de marcas da oralidade na literatura. Dentro de sua produção literária na década de 1980, destacou-se o romance *Ualalapi*, no qual buscou, diante das representações de Ngungunhane, contrapor a “queda do Império vátua” a um momento de crises políticas em Moçambique, nação fraturada pela guerra civil durante o governo de Samora Machel. O romance, publicado originalmente em 1987, também foi construído a partir de um diálogo com a oralidade e a memória coletiva, em especial pelas tradições orais acerca da trajetória de Ngungunhane, referenciando também fontes escritas por europeus que estiveram no sul de Moçambique no final do século XIX³⁶.

Adicionalmente, é importante destacar que Ungulani Ba Ka Khosa foi um dos fundadores da revista *Charrua*, que publicou no período de 1984 a 1986, oito edições da revista. A revista *Charrua* é considerada como marco de uma nova geração de escritores moçambicanos na década de 1980, que consolidaram um posicionamento antidoutrinário e de maior heterogeneidade, questionando a exaltação patriótica predominante até então no campo intelectual e promovida pelo governo frelimista³⁷. A Revista *Charrua* foi criada por membros da AEMO (Associação dos Escritores Moçambicanos), instituição fundada em 1982, e tornou-se um importante espaço de produção literária, e de crítica literária. Além disso, “desempenhou o papel de depositária de uma literatura que se engendrava, herdeira de passados vários, funcionando como primeiro eco, ou seja, como testemunha de uma realidade contemporânea”³⁸, afastando-se da poesia de combate e aproximando-se de novas dinâmicas na vida literária moçambicana e de novas experimentações estético-literárias. Conforme J. A. B. Bortolotti (2020), os fundadores e colaboradores da Revista *Charrua*, que incluíam Ungulani Ba Ka Khosa, o poeta Eduardo White, o escritor Armando Artur e o jornalista Filimone Meigos, visavam “romper com a retórica de literatura revolucionária e poesia de combate”³⁹, mesmo que alguns dos colaboradores da revista ainda celebrassem ideais de moçambicanidade e o socialismo.

35 DUTRA, R. L.. Ungulani Ba Ka Khosa, ou quando a inteligência se torna inimiga do poder. In: SECCO, Carmen Tindó; SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa (orgs.). *África e Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul: Yendis, 2010, p. 370.

36 ROCHA, D. Representações históricas e orais de Ngungunhane em *Ualalapi* (19787) de Ungulani Ba Ka Khosa. *Revista Literatura em Debate*, v.7, n.13, p.17-33, 2013.

37 DUTRA, 2010.

38 MENDONÇA, F. Poetas do Índico: 35 anos de escrita. *Mulemba*. Rio de Janeiro, v.1, n. 4, p. 16 -37, jul. 2011, p. 19.

39 BORTOLOTTI, 2020, p. 47.



Esses elementos permitem contextualizar o momento político e cultural no qual Ungulani Ba Ka Khosa escreveu *Ualalapi*, integrando sua obra a um movimento de intelectuais moçambicanos que se distanciavam da estética da “poesia de combate” e à exaltação patriótica de determinados momentos e personagens históricos do passado moçambicano. Em *Ualalapi*, percebemos também um esforço na valorização de uma visão mais plural sobre o passado moçambicano, desconstruindo a heroicização de Ngungunhane promovida pelas políticas culturais do governo frelimista, demarcando a violência Nguni e tematizando as violências políticas que marcaram o cenário moçambicano no contexto da guerra civil.

De acordo com Robson Lacerda Dutra (2010), um dos traços principais da escrita de Ungulani Ba Ka Khosa é sua capacidade de, por meio de uma “indisfarçada disforia [...], esmiuçar as lacunas do tecido da história de Moçambique, apontando para novas representações dos fatos que a constituem”⁴⁰. Desse modo, em algumas de suas obras, a exemplo de *No reino dos abutres* (2002), Ba Ka Khosa tematiza os campos de reeducação promovidos pelo governo moçambicano com o objetivo de “reeducar” e formar o “homem novo”, principalmente por meio da interdição de grupos considerados como “inimigos do povo”, tais como dissidentes da FRELIMO, membros de grupos religiosos, prostitutas – abordando, portanto, as formas de repressão e aparelho policial implementadas pelos governos frelimistas entre as décadas de 1970 e 1980. Em outras obras, como *Ualalapi*, o literato tematiza “o passado recente de Moçambique, numa perspectiva que faz com que seu texto também seja reformulado e questionado à luz do presente”⁴¹, retomando uma tradição de mitos e heróis de guerra para problematizar a memória e a história “oficial” sobre Ngungunhane.

A narrativa de *Ualalapi* é contada a partir da perspectiva de diversos personagens, sobretudo homens e mulheres Nguni, afetados direta ou indiretamente pelo poder político de Ngungunhane. Essas diferentes perspectivas, que são narradas nos capítulos principais, são intercaladas por breves textos, de cerca de duas ou três páginas, designados como “Fragmentos do fim”, provavelmente em referência à captura de Ngungunhane pelas tropas coloniais e a derrocada do reino de Gaza diante da invasão portuguesa na década de 1890. Esses “Fragmentos do fim” são, em geral, compostos por citações de documentos produzidos por administradores coloniais portugueses, demarcando, assim, uma tentativa de Ba Ka Khosa de sobrepor história e literatura, em um entrelace de ficção e realidade.

O primeiro capítulo, designado “Ualalapi”, trata de um guerreiro Nguni que lidera um regimento convocado pelo novo *inkosi*, Ngungunhane, com uma missão: executar seu irmão, e possível rival à chefatura, Mafemane, para assim evitar rivalidades à sucessão do poder em Gaza,

40 DUTRA, 2010, p. 371.

41 DUTRA, 2010, p. 377.



como aconteceu na geração anterior, entre Muzila e Mawewe. O segundo capítulo, “A morte de Mputa”, conta a história do julgamento de Mputa, um súdito de Ngungunhane acusado de assédio pela esposa do *inkosi*. Porém, o romance deixa claro que Mputa foi acusado injustamente e, mesmo sendo inocente, foi executado por ordens de Ngungunhane.

O terceiro capítulo, “Damboia”, concentra-se no sofrimento de Damboia, a tia de Ngungunhane, associando sua morte ao declínio de Gaza. O capítulo também trata de uma punição devido ao desrespeito de regras tradicionais: a indiferença de Ngungunhane diante da suspensão da *Nkuaia* (também conhecido como *Nkossi N’Quaio*), um ritual sagrado, realizado anualmente e voltado à recomposição das forças do *inkosi* em conexão aos ancestrais. Tudo indica que o quarto capítulo principal, intitulado “O cerco ou fragmentos de um cerco”, ambienta-se num período posterior à captura de Ngungunhane pelos portugueses, e narra um cerco imposto à população de Gaza por guerreiros *chope*, aliados aos portugueses. Por meio de dois guerreiros Nguni, Maguiguane e Macanhangana, Ba Ka Khosa descreve a situação miserável que se impôs sobre a população de Gaza após um período prolongado de guerra.

O quinto capítulo principal, “O diário de Manua”, é narrado pelo filho de Ngungunhane. Trata-se de um diário supostamente encontrado em meio aos destroços do antigo assentamento principal de Gaza. O diário descreve episódios envolvendo um trajeto de Manua rumo à Lourenço Marques em 1892, e enfatiza os sonhos de Manua de suceder ao pai em um centro de poder que já não mais existia. O sexto e último capítulo “O discurso de Ngungunhane” narra a captura de Gungnhana pelos portugueses, bem como o longo discurso que profetizou sobre a multidão antes de partir de navio para sua prisão.

A princípio, o romance é protagonizado em torno do personagem Ualalapi, um combatente de origem Nguni. A escolha do título do romance, *Ualalapi*, já demarca um posicionamento político de Ungulani Ba Ka Khosa, ao destacar um homem comum, um guerreiro Nguni, e não o *inkosi* Ngungunhane, que naquele período era alvo de idealização e heroicização por parte do governo moçambicano. Além disso, percebe-se a busca em retratar alguns episódios sobre a sensibilidade e bravura de outros personagens, como por exemplo das mulheres Nguni ou de outros grupos sob esfera de influência de Ngungunhane. Ao problematizar a versão oficial de Ngungunhane definida pelo governo frelimista, Ba Ka Khosa, ao abordar múltiplos e diversos protagonistas, também fornece uma visão plural e diversificada do passado moçambicano, utilizando-se da linguagem literária como caminho de problematização da própria história “oficial”.

A construção dessa visão mais plural do passado moçambicano, e especialmente de Ngungunhane, fica evidente desde as primeiras páginas do romance, em especial nas citações que Ba



Ka Khosa seleciona e transcreve nos “Fragmentos do Fim”. No primeiro desses “Fragmentos”, o romancista destaca os relatos de Ayres D’Ornellas, um militar português e governador-geral de Moçambique de 1896 a 1898, e Georges Liegme, o médico suíço que acompanhou Ngungunhane durante quatro anos, deixando claro as diferentes formas de representar o *inkosi* de Gaza. Por extensão, Ba Ka Khosa cita, nesse mesmo “Fragmento”, a escritora Agustina Bessa Luiz, e a sua proposta de aproximação entre História e Ficção, alertando ao leitor sobre as múltiplas possibilidades de interpretar e reinterpretar o passado.

Entre estes vinha o Ngungunhane que conheci logo, apesar de nunca lhe ter visto retrato algum; era evidentemente o chefe duma grande raça...É um homem alto...e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade...

Ayres D’Ornellas

...mas toda a sua política era de tal modo falsa, absurda, cheia de duplicidade, que se tornava difícil conhecer os seus verdadeiros sentimentos.

Dr. Liengme

A história é uma ficção controlada.

Agustina Bessa Luiz⁴².

Após esse primeiro “Fragmento”, tem início a narrativa de Ualalapi e de sua missão de executar o meio-irmão de Ngungunhane, a despeito das advertências da esposa de Ualapi, que estabelece paralelismos com o contexto contemporâneo à escrita e publicação do romance, isto é, a guerra civil moçambicana. Daí a importância das palavras proféticas da esposa de Ualalapi, ao saber da missão de seu marido: “estou com medo, Ualalapi. Estou com medo. Vejo muito sangue, sangue que vem de nossos avós que entraram nestas terras matando e os seus filhos e netos mantêm-se nela matando também⁴³. Um dos pontos destacados no início da narrativa é o processo de transmissão de poder de Ngungunhane, indicando que houve impasse com relação aos herdeiros de Muzila. Esse impasse envolvia, sobretudo, a presença de Mafemane, seu meio-irmão e legítimo herdeiro de Muzila, por ser considerado o primeiro fruto do casamento de Muzila com sua primeira esposa, denominada de *inkonsikazi*. Assim em seu discurso pós-morte de Muzila, Ngungunhane ressalta que:

O meu irmão Mafemane, prosseguiu, vive a uns quinze quilômetros daqui. Consta-me que se prepara para partir a fim de abrir a sepultura de meu pai. A história não deve repetir-se. O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém poderá tirar-mo até a minha morte. Os espíritos poisaram em mim e acompanham-me, guiando as minhas acções lúcidas e precisas. E não

42 KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Maputo: Alcance Editores, 2008, p. 7-8.

43 KHOSA, 2008, p. 21.



irei permitir que haja a mesma carnificina como no tempo de entronização de Muzila, porque irei actuar já⁴⁴.

Com isso, Ualalapi, ao lado de dois outros guerreiros foram concretizar a missão de matar Mafemane. Porém, Mafemane não tentou reagir ou fugir dos guerreiros de Ngungunhane, ao contrário, esperava-os sentado e sorridente “Mafemane, com um sorriso nos lábios, os esperava, de pé, frente ao ádito da sua casa”⁴⁵. Diante da serenidade de Mafemane, os guerreiros são convencidos por suas palavras, e decidem abandonar a missão. Segundo Bortolotti (2020), esse episódio possui relação direta com o contexto de guerra civil moçambicana, no qual Ba Ka Khosa escreveu e publicou seu romance: o fato de que, em situações de guerras civis, “é comum que as lealdades e afiliações políticas estejam em aberto, podendo pender para um lado tanto quanto para o outro, a depender das circunstâncias”⁴⁶ e, no caso moçambicano, as forças da FRELIMO e da RENAMO disputavam esferas de influência social e política durante os conflitos.

Os guerreiros retornam a Ngungunhane, porém, são recebidos com fúria e insatisfação, ao perceber que suas ordens não haviam sido cumpridas. Desta forma, Ualalapi e seus companheiros são, mais uma vez, enviados a executar Mafemane. Ualalapi matou Mafemane com uma lança que lhe transpassou o peito. Essa primeira parte da narrativa já deixa evidente um elemento recorrente ao longo de todos os outros fragmentos que compõem o romance: o aspecto autoritário e despótico associado a Gungunhane. Assim, Ualalapi, o protagonista do primeiro fragmento, depara-se com uma escolha malfadada: eliminar a oposição à ascensão de Ngungunhane ao poder, o que marcou “o início do fim”, isto é, a eventual derrocada do reino de Gaza.

Além disso, como afirmou João Antônio Bortolotti (2020)⁴⁷, Ungulani Ba Ka Khosa utiliza de uma série de metáforas e alusões veladas ao governo frelimista de Samora Machel, estabelecendo paralelo com o autoritarismo de Ngungunhane, e marcando, a partir da literária, figurações da violência e do trauma em contexto de guerra civil. Essas referências e metáforas à guerra civil moçambicana ficam aparentes em outros momentos do romance, ao exemplo do segundo “Fragmentos do Fim”, que retrata as descrições de um militar português, o coronel Eduardo Galhardo, uma das autoridades militares portuguesas na campanha contra os guerreiros de Ngungunhane em 1895. A narrativa deixa evidente a violência e a brutalidade utilizada pelos portugueses contra a população Nguni, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma descrição posterior às batalhas, estabelecendo uma analogia com o rastro de violência e destruição deixada pela guerra civil

44 KHOSA, 2008, p. 19.

45 KHOSA, 2008, p. 25.

46 BORTOLOTTI, 2020, p. 111.

47 BORTOLOTTI, 2020.



moçambicana. Direta ou indiretamente, Ba Ka Khosa referenciava uma memória traumática e recente em Moçambique da década de 1980: afinal de contas, Manjacaze, território onde se situava a última capital de Ngungunhane, também foi severamente fustigada pelas forças da RENAMO durante a guerra civil, e, segundo Fernando Bessa Ribeiro (2005), os horrores da guerra enraizaram-se na memória coletiva da população local.

As ações autoritárias de Ngungunhane também aparecem no capítulo seguinte, intitulado “A morte de Mputa”. Mputa, guerreiro *tsonga* e súdito de Ngungunhane que presenciou a morte de Mafemane, foi acusado injustamente pela esposa de Ngungunhane por assédio, sendo vítima de injúrias, atizando a fúria do soberano que ordenou a todos os súditos que achassem Mputa e o matassem.

Ba Ka Khosa deixa claro que a inocência de Mputa poderia ser comprovada pelo tio de Ngungunhane, Molungo, o qual estava “ciente de que Mputa não cometera tal crime, pois bastas foram as vezes que vira a *inkonsikazi* acercar-se do homem como um animal em cio”⁴⁸. As falas de Molungo seriam a esperança para que a sentença de Mputa fosse menos severa, entretanto, Ngungunhane, com sua personalidade imperante, relutou com sua decisão, prevalecendo assim as palavras acusatórias da *inkosikazi*. Desse modo, Mputa foi sentenciado a morte, porém, como foi lhe dado o direito de fala, pronunciou um discurso comovente e acusatório. Antes de sua morte, Mputa solicitou o direito tradicional ao *mondzo*, uma espécie de veneno produzida a partir de um arbusto (também conhecido como *mulangani*), porém, posteriormente foi jogado na multidão para ser massacrado e tendo como resultado uma morte cruel. Essa atitude de Ngungunhane, ao recusar o direito de Mputa a morrer pelo *mondzo*, evidencia, novamente, o modo como que, para Ungulani Ba Ka Khosa, o *inkosi* constantemente desrespeitava os costumes tradicionais de seu povo, “sendo que tais atos estão postos como a causa da destruição de Gaza e da subsequente captura do régulo pelo exército português”⁴⁹.

Nesse mesmo capítulo, é possível observar outros paralelos com o contexto político e social moçambicano das décadas de 1970 e 1980. Afinal, ao condenar Mputa à morte, Ngungunhane acusa-o de ser um “feiticeiro”, acrescentando que “os feiticeiros não tem lugar no meu reino”⁵⁰. Segundo Fabiane Furquim, no projeto de modernização da sociedade moçambicana promovida pela FRELIMO, o governo passou a combater instituições consideradas como tradicionais e vistas, do ponto de vista do partido, como retrógradas. Dessa forma, “os chefes tradicionais, feiticeiros e

48 KHOSA, 2008, p. 32.

49 BORTOLOTTI, 2020, p. 121.

50 KHOSA, 2008, p. 36.



curandeiros responsáveis por organizar e resolver os conflitos da sociedade, foram marginalizados e combatidos em uma tentativa do estado de substituir essas figuras pelo aparato jurídico⁵¹. Além de considerar a feitiçaria como sinônimo de atraso, o governo moçambicano passou a proibir práticas de feitiçaria e curandeirismo por ela “legitimar cargos e estar inserida nos jogos de poder e nas relações de chefia” e por se afastar “da ideia de unidade moçambicana e da construção de um país único”⁵².

A morte de Mputa seria vingada anos depois pela sua filha Domia, que mesmo sentindo que não viveria por muito tempo, planejou a morte de Ngungunhane. Assim, Domia, que era serva do soberano, tentou matá-lo com uma faca após adentrar sua casa com a desculpa de limpá-la. Domia, que não teve êxito em matar Ngungunhane, foi violentada sexualmente pelo *inkosi* e condenada à morte. Ela foi uma das únicas mulheres que enfrentou um soberano *hosi*, deixando-o abismado perante seu comportamento afrontoso, pois não era permitido a uma mulher destratar um homem, principalmente um chefe. Estabelecendo paralelos com o contexto de escrita de *Ualalapi* (1987), isto é, os conflitos armados entre FRELIMO e RENAMO, o desfecho do capítulo conecta-se a uma questão apenas recentemente investigada por organizações internacionais voltadas à defesa dos direitos humanos: as violências cometidas contra mulheres moçambicanas durante a guerra civil, sobretudo situações de assédio e violência sexual promovidas pelas forças governamentais ou pelos guerrilheiros da RENAMO “contra mulheres que viviam perto das unidades militares como quartéis, bases ou acampamentos espalhados ao longo do país”⁵³.

O simbolismo da morte e do sangue derramado é recorrente na narrativa de *Ualalapi*, estabelecendo vínculos com o contexto político de Ungulani Ba Ka Khosa e a guerra civil moçambicana. Esse simbolismo fica evidente no caso de Damboia “irmã mais nova de Muzila”, e tia de Ngungunhane, que “morreu de uma menstruação de nunca acabar ao ficar três meses com as coxas toldadas de sangue viscoso e cheiroso que saía em jorros contínuos”⁵⁴. O simbolismo do sangue derramado remete, de certa forma, ao derramamento de sangue em decorrência dos confrontos armados entre a FRELIMO e a RENAMO e, por extensão, à profusão de narrativas escritas e oralizadas que remetem, como afirma o antropólogo Omar Ribeiro Thomaz em pesquisa nas regiões ao sul e ao centro de Moçambique, ao “ideal de comunidade sempre frágil, sempre inconcluso”, assombrada pelas “lembranças de guerras passadas e a eminência de guerra”⁵⁵ (THOMAZ, 2018, p.

51 FURQUIM, 2017, p. 21.

52 FURQUIM, 2017, p. 59-60.

53 IMPACTO dos conflitos armados nas vidas das mulheres e raparigas em Moçambique: relatório da pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza. Advogados sem fronteiras, 2019, p. 36-37.

54 KHOSA, 2008, p. 43.

55 THOMAZ, Omar Ribeiro. O tempo e o medo: a longa duração da guerra em Moçambique. *Outros Tempos*, v. 15, n. 26, 2018, p. 89.



89). Além disso, no capítulo “Damboia”, Ungulani Ba Ka Khosa novamente retoma o desrespeito de Ngungunhane diante dos costumes tradicionais, nesse caso, a não-realização da *nkuaia*, o ritual sagrado no qual se levam oferendas aos ancestrais.

O martírio de Damboia era acompanhado de uma série de catástrofes que se abatiam sobre o povo de Ngungunhane, em especial “uma chuva amarela, forte, de gotas grossas e pegajosas como a baba do caracol”⁵⁶. Diante do sofrimento de seu povo, Ngungunhane atua de forma autoritária, e “os que queriam refugiar-se na aldeia real recebiam chicotadas da guarda”⁵⁷. Simultaneamente, Ungulani Ba Ka Khosa afirma que Ngungunhane agia demagogicamente, insistindo aos seus súditos que agissem com calma, já que “tudo ia passar”, e que “Ngungunhane andava de um lado para o outro, afirmando que no império tudo andava bem e que havia grandes progressos”⁵⁸. Segundo Bortolotti (2020), aqui também transparecia um paralelismo com o governo frelimista durante a guerra civil: na retórica oficial da FRELIMO, os problemas graves que assolavam Moçambique haviam sido causados pelas ações de guerra da RENAMO, cujo único objetivo seria o de interromper o avanço da revolução e da consolidação de uma sociedade socialista.

No penúltimo capítulo do romance, Ungulani Ba Ka Khosa apresenta seus leitores a um diário, supostamente de autoria de Manua, um dos filhos de Ngungunhane, e localizado nos escombros da antiga capital de Gaza. O diário descreve a travessia de Manua, em um pacote, rumo a Lourenço Marques (atual Maputo) em meados de 1892. Ba Ka Khosa contrapõe dois elementos nesse capítulo: longas descrições do vômito de Manua ao sofrimento dos homens, mulheres e crianças de seu povo. O motivo, na ótica do autor, estava relacionado ao abandono dos costumes ancestrais: Manua, não simpatizava muito com a forma de seu pai governar, tanto que exaltava a cultura dos europeus e almejava quando se tornasse rei, adquirir os mesmos costumes que os europeus praticavam. Simultaneamente, o diário de Manua retoma a violência colonial e o desprezo movido pelos portugueses contra a população negra, de modo que Ungulani Ba Ka Khosa deixa claro que Manua só era respeitado pelos oficiais do pacote por ser “o filho do rei”⁵⁹, estando, portanto, em posição privilegiada.

Dessa forma, Ungulani Ba Ka Khosa caracteriza Manua como um assimilado pela cultura europeia: afirma, em seu diário, que “ter sido dos poucos da minha tribo que teve acesso ao mundo dos brancos, à sua língua, aos seus costumes, e à sua ciência (...) quando eu for imperador eliminarei

56 KHOSA, 2008, p. 44.

57 KHOSA, 2008, p. 45.

58 KHOSA, 2008, p. 51.

59 KHOSA, 2008, p. 72.



estas práticas adversas ao Senhor, pai dos céus e da terra”, os “costumes bárbaros” do “mundo negro”⁶⁰. Novamente, aqui pode-se ver um paralelo com o governo frelimista no contexto em que Ungulani Ba Ka Khosa escreveu seu romance, sobretudo a perseguição a práticas ancestrais e tradicionais como caminho para a construção da unidade nacional. No desfecho do capítulo, que mistura elementos de sonhos e realidade, Manua vislumbra, de forma premonitória, o que estava para acontecer ao reino: ele viu “as águas a cobrirem o império e Ngungunhane a boiar nas águas, incapaz de nadar”. Com sua morte, que causou indiferença a Ngungunhane, “as nuvens fugiram do céu. O império gemia”⁶¹. A incorporação de Manua à sociedade colonial levou-o aos vícios alcoólicos, ao gradativo enlouquecimento e à morte: sua morte, ao desfecho do capítulo, provoca apenas a indiferença de Ngungunhane.

É possível que, por meio de Manua, Ba Ka Khosa estivesse fazendo referências aos assimilados, grupos sociais que, de acordo com a legislação colonial portuguesa, em especial o Estatuto do Assimilado de 1917, eram interpretados como indivíduos em uma condição intermediária, transitando da condição de indígena à de cidadão. Do ponto de vista do colonialismo português, os assimilados representavam também um caminho para a “civilização” gradativa do indigenato, que se manifestava por meio de práticas culturais, como “no uso da língua, na aceitação da vida cristã, na assunção do trabalho diário como forma de sustentar a família e na obediência às leis do governo, como as que se referem ao pagamento de impostos, ao serviço militar”⁶². Vistos como intermediários, inclusive na implementação de políticas coloniais, os assimilados foram alvo de aliciamento por parte do governo colonial para garantir sua lealdade. Contudo, no contexto das lutas de libertação, a construção do Homem Novo era vista como uma forma de escapar aos limites dessas categorias coloniais, do “indígena” e do “assimilado”, no fito de construir uma sociedade mais livre e igualitária.

O último capítulo “O último discurso de Ngungunhane” perpassa em torno da prisão de Ngungunhane pelas tropas portuguesas, e seu discurso antes do exílio. O autor ressalta um discurso narcisista de Ngungunhane, quando o *inkosi* diz que, graças aos povos Nguni, outras comunidades, ao exemplo do povo Tsonga, saíram da escassez, e que essas mesmas comunidades agora o desprezavam.

Ngungunhane dizia a todos, podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada que só teve momentos felizes com a chegada dos nguni que vos tiraram dos abismos infundáveis da cegueira e da devassidão. Fomos nós,

60 KHOSA, 2008, p. 73.

61 KHOSA, 2008, p. 80-81.

62 FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. *Anuário Antropológico*, v.40, n. 2, 2015, p. 214.



homens, que vos tirámos da noite que vos tolhia à entrada ao mundo da luz e da felicidade. As nossas lanças tiraram as cataratas fossilizadas que ostentavam e os nossos escudos esconjuraram os males de séculos e séculos que carregavam no corpo putrefacto. E hoje, corja de assassinos e cobardes, ousais achincalhar-me com toda a força dos pulmões rotos que tendes...⁶³

Dessa forma, Ungulani Ba Ka Khosa ressalta o modo como que a autoridade de Ngungunhane, fundamentada em uma retórica vazia e em demagogia, era desaprovada por parte de seu povo. Esse momento do romance também estabelece paralelos com o governo frelimista entre as décadas de 1970 e 1980, em especial, a supervalorização dos grupos étnico-linguísticos oriundos do sul de Moçambique, sobretudo os Nguni, e também “a não-adesão da grande maioria da população moçambicana ao projeto nacional da Frelimo, seja por questões relacionadas à pertença étnica ou por outros motivos”.⁶⁴ O alvo privilegiado do discurso de Ngungunhane era o povo Tsonga, que, na sua perspectiva, teriam traído ele e os Nguni, aliando-se aos portugueses.

O discurso de Ngungunhane, durante seu cortejo algemado perante a comunidade portuguesa é carregado de paralelismos que associam seu tom heroico e eloquente às calamidades que afetariam seu povo, estabelecendo também um paralelo entre a retórica oficial da FRELIMO e a crise social e política vivenciada pelos moçambicanos na década de 1980. Além disso, e em tom profético, Ngungunhane afirma que “chegada a vitória tereis um preto no trono destas terras. Exultareis de alegria ao ver subir panos na noite chuvosa da vossa vitória”.⁶⁵ Contudo, esse momento, de uma falsa vitória, será acompanhado por absoluta “desordem”, de modo que “as casas mudarão de cor, passando a ter a cor da morte que se instalará nas vossas terras que terão a extensão de meses e meses de percurso”:⁶⁶ possivelmente em referência ao contexto de guerra civil vivenciada no momento de publicação da obra.

Ungulani Ba Ka Khosa relata no livro que a população preservou na memória um certo medo de Ngungunhane, refletido também nas crianças que cresceram ouvindo relato de seus avós em gerações posteriores. Assim, em alguns momentos, Ba Ka Khosa descreve uma cena ambientada em outra temporalidade, no qual dois homens, um mais velho e um mais jovem, recontam a história de Ngungunhane: “Há pormenores que o tempo vai esboroando - disse o velho, tossindo. (...) Era miúdo ainda – prosseguiu – quando o meu avô me contava histórias de Ngungunhane. E eu tinha medo...”.⁶⁷ Dessa forma, ao recuperar as memórias ancestrais, Ungulani Ba Ka Khosa novamente volta a questionar o caráter “heroico” de Ngungunhane, ressaltando suas ações violentas e o temor que

63 KHOSA, 2008, p. 87.

64 BORTOLOTTI, 2020, p. 154.

65 KHOSA, 2008, p. 94.

66 KHOSA, 2008, p. 94.

67 KHOSA, 2008, p. 88.



inspirava entre as comunidades submetidas à sua autoridade. Além disso, ao descrever a reelaboração da memória sobre Ngungunhane por gerações posteriores, Ba Ka Khosa também “denota a intenção de se ressaltar a elasticidade e a artificialidade dos processos de invenção e elaboração de narrativas identitárias como as que se vinha propondo acerca da figura de Ngungunhane durante a década de 1980”.⁶⁸

Em suma, *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa, foi escrito num cenário de conflitos políticos, sobretudo no que tange o envolvimento e influência da FRELIMO nos assuntos culturais que compreendiam a sociedade moçambicana. Desta forma, o romance problematizava uma história “oficial” de Ngungunhane tal qual difundida pelo governo moçambicano por meio de suas políticas culturais e ações voltadas à consolidação de certa memória nacional. Ao enfatizar a violência e o autoritarismo de Ngungunhane em *Ualalapi*, Ba Ka Khosa também estabelecia uma crítica às ações políticas levadas a cabo pelo governo frelimista, ao contexto de crise social e política marcada pela guerra civil, e problematiza a heroicização do *inkosi* de Gaza produzida naquele momento histórico.

Considerações Finais

Na década de 1970, a independência de Moçambique consolidou-se como resultado da luta armada entre as forças moçambicanas, sobretudo da FRELIMO, e as tropas coloniais portuguesas. Naquele momento, em que o governo frelimista pós-independência envolveu-se em uma guerra civil contra as forças da RENAMO, o *inkosi* Ngungunhane, último soberano do reino de Gaza, foi recuperado pela memória oficial como um herói de resistência diante do inimigo colonial e símbolo fundacional da identidade nacional para Moçambique. A partir da bibliografia consultada, percebe-se que a heroicização de Ngungunhane fazia parte de um conjunto maior de ações culturais e políticas promovidas pelo governo frelimista e voltadas à conformação de uma identidade nacional ancorada em ideais de moçambicanidade e na formação do “homem novo”. Na prática, isso implicou na supervalorização de grupos étnicos oriundos do sul de Moçambique, e na perseguição a grupos sociais e instituições consideradas como retrógradas ou resquícios coloniais.

Na década de 1980, contudo, observa-se uma nova geração de intelectuais que criticavam as ações e discursos promovidos pelo governo moçambicano, incluindo o romancista Ungulani Ba Ka Khosa. Assim, em *Ualalapi*, publicado originalmente em 1987, pode-se identificar referências críticas às ações delineadas pelo governo frelimista, bem como ao contexto de crise política e econômico em

68 BORTOLOTTI, 2020, p. 151.



meio à guerra civil. Em *Ualalapi*, percebe-se uma versão autoritária e despótica de Ngungunhane, promovendo ações cruéis até mesmo com membros de sua família, como, por exemplo, no episódio da morte de Manua ou no discurso profético do *inkosi*, no desfecho da obra. Assim, entre a história e a memória, denota-se que Ungulani Ba Ka Khosa utiliza de sua escrita literária com um potencial crítico: a desmitificação do “herói nacional” e a ênfase na pluralidade de leituras e interpretações sobre o passado moçambicano.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, M. F. M. *A Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro (1930-1939): uma vertente do colonialismo português em terras brasileiras*. Tese de Doutorado em História. Goiânia: UFG, 2017.
- BORGES, E.; FRY, P. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In: FRY, P. *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001
- BORTOLOTTI, J. A. B. *Ualalapi: Ngungunhane e a destruição do Império de Gaza enquanto relativizações do projeto nacional da FRELIMO e da Guerra Civil (1982-1987)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2020.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DUTRA, R. L. Ungulani Ba Ka Khosa, ou quando a inteligência se torna inimiga do poder. In: SECCO, Carmen Tindó; SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa (Orgs.). *África e Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.
- FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. *Anuário Antropológico*, v.40, n. 2, 2015.
- FLORENTINO, L. F. *Chaimite - A queda do Império Vátua (1953): uma propaganda colonial do cinema português*. Monografia em História. Florianópolis: UFSC, 2019.
- FRANZIN, A. Ngungunhane: o passado e o presente literário de Ungulani Ba Ka Khosa. *AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos*, v. 1, n. 1, p. 104-118, 2019.
- FURQUIM, F. *A Revista Justiça Popular e o projeto modernizador Frelimista em Moçambique: os conflitos entre a modernidade e a permanência da tradição (1978-2002)*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2017.
- IMPACTO dos conflitos armados nas vidas das mulheres e raparigas em Moçambique: relatório da pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza. Advogados sem fronteiras, 2019



- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *The 'Civilizing Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.
- KHAPOYA, V. *A experiência africana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Maputo: Alcance Editores, 2008.
- MATTOS, R. A. *As Dimensões da Resistência em Angoche: da Expansão Política do Sultanato à Política Colonialista Portuguesa no Norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- NEWITT, M. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.
- ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- OKPEWHO, Isidoree. *The Oral Performance in Africa*. Ibadan: Spectrum, 1990.
- PÉLISSIER, R. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MENDONÇA, F. Poetas do Índico: 35 anos de escrita. *Mulemba*. Rio de Janeiro, v.1, n. 4, pp. 16-37.
- RIBEIRO, F. B. “História, heróis e a construção da nação em Moçambique”. In: MOREIRA, Fernando; RIBEIRO, Orquídea (Org.). *Encontros com África - Moçambique*. Villa Real: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011.
- RIBEIRO, F. B. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em Moçambique. *Revista Etnográfica*, v. 9, n.2, p. 254-272, 2005.
- ROCHA, D. Representações históricas e orais de Ngungunhane em Ualalapi (19787) de Ungulani Ba Ka Khosa. *Revista Literatura em Debate*, v.7, n.13, p.17-33, 2013.
- SANTANA, J. S. Tradição Oral do Império de Gaza, Identidade Nyanga e Contestação ao colonialismo no sul de Moçambique (C. 1895-1956). *Sankofa*, v. IX, n. XVI, p. 37-62, 2016.
- SANTOS, G. A. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821/1897)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. O tempo e o medo: a longa duração da guerra em Moçambique. *Outros Tempos*, v. 15, n. 26, p. 88-97, 2018.
- VACHA, A. Iconografia de Ngungunhane: representações do rei negro em Portugal (1890-1940). *Práticas da História*, v. 12, p. 53-93, 2021.